

BOLETIM CEAS

OUTUBRO 2024

245ª Ordinária CEAS/PE



Comissão de Planejamento e Finanças

Antecedendo a 245ª Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, conselheiro/as, com apoio da equipe técnica do CEAS e suporte da Secretaria executiva de Assistência Social - SEASS - para apresentação dos conteúdos e elucidação de dúvidas, discutiram, dia 30, as pautas da Comissão de Planejamento e Finanças, emitindo os respectivos pareceres.

Resolução CIB/PE Nº 35, pactuando o cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ofertados no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), para o exercício de 2024, para os municípios de Abreu e Lima e Belo Jardim concernente à transferência automática e regular de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS.

● As questões referentes ao conteúdo foram respondidas por Luzia Cristina da Silva, gerente de Proteção Social Básica, e Cátia Silene, gerente do Fundo Estadual de Assistência Social. Registrada a solicitação de que anexo às próximas resoluções esteja o conteúdo apresentado na Comissão Integestores Bipartite – CIB/PE, com dados e análises que contribuam para a melhor análise das questões pautadas, a comissão sugeriu aprovação da pauta;

Comissão de Planejamento e Finanças



Resoluções CIB/PE Nº 36, pactuando o cofinanciamento das parcelas de custeio da Cozinha Comunitária de Buenos Aires, no âmbito do Programa Bom Prato, para o exercício de 2024 concernentes à transferência automática e regular de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS.

E **CIB/PE Nº 37**, pactuando o cofinanciamento de 15 (quinze) Cozinhas Comunitárias, no âmbito do Programa Bom Prato, para o exercício de 2024 concernentes à transferência automática e regular de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS, foram apresentadas por Marília Torres, Superintendente da Secretaria executiva de Combate à Fome.

● Detalhando o diagnóstico de cada município, Torres frisou que o prazo de 90 dias deliberado pelo CEAS/PE para a aprovação de novas cozinhas a partir do 2º equipamento, vem sendo respeitado, assim como respondeu sobre o monitoramento do funcionamento dos mesmos, com apoio técnico continuado aos municípios. A comissão deliberou pela aprovação das duas resoluções, com a mesma ressalva da anterior.

Resolução CIB/PE Nº 38, que pactuando o cofinanciamento do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, para o exercício de 2024, concernente à transferência automática e regular de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS.

● Camila Borba, gerente da Proteção Social Especial de Média Complexidade, apresentou os dados sobre o cofinanciamento, que teve aprovação sugerida no parecer da Comissão.

Comissão de Planejamento e Finanças

● Fechando a pauta, Kamylla Godê, gerente geral de Proteção Social, apresentou o **Aditivo do Projeto de Apoio Técnico aos Municípios**, que tem como objeto a execução dos serviços técnicos especializados de apoio técnico aos municípios pernambucanos quando aos Programas Socioassistenciais, com fins de subsidiar e nortear as ações da gestão da Política de Assistência Social no Estado. No Plano de Trabalho projetado, Godê informou ações das respectivas áreas, incluindo o Controle Social, com objetivos, metas e valores. A Comissão emitiu parecer favorável à aprovação.

Pleno da 245ª Ordinária CEAS/PE



Com as atas da 244ª Ordinária e 7ª Extraordinária aprovadas, conselheiro/as seguiram para a leitura e análise dos pareceres da Comissão de Acompanhamento de Finanças, realizada no mesmo dia, pela manhã. Os relatórios referentes às Resoluções CIB Nº 35, 36, 37, 38 foram lidos e aprovados por unanimidade, assim como o termo do Aditivo do Projeto de Apoio Técnico aos Municípios.

Na sequência, a presidente Andreza Pacheco colocou em discussão a recomposição das comissões do Conselho. As respostas computadas anteriormente por meio de questionário disponibilizado para conselheiro/as se colocarem e apontarem a melhor forma de funcionamento de sua comissão (presencial ou online) foram somadas a do/as presentes. Uma nova consulta foi deliberada para fechar a questão até a próxima reunião.

Concluindo o processo iniciado no Planejamento do CEAS/PE, com acompanhamento da Comissão de Normatização e Fiscalização, a atualização do Regimento Interno do CEAS/PE, com as contribuições da Comissão e demais conselheiro/as foi avaliado em Pleno e aprovado.

Pautada, a minuta de constituição de Comitê Interinstitucional para elaboração do Plano Estadual Decenal de Enfrentamento à Situação de Rua de Crianças e Adolescentes foi avaliada e devolvida para mais informações, junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PE. O processo eleitoral da mesa diretora do Conselho foi iniciado com reunião da Sociedade Civil.

Apoio Técnico aos CMAS

CMAS de Paulista

Atendendo a solicitação do Conselho Municipal de Assistência Social de Paulista, tratando da orientação do funcionamento da Comissão de Acompanhamento ao Programa Bolsa Família no município, o Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco articulou reunião técnica com a equipe da coordenação Estadual do Cadastro Único e Programa Bolsa Família.



No encontro , dia 15, na sala de reunião da Casa dos Conselhos (Boa Vista), conselheiro (a) s, representantes da sociedade civil e governo, falaram as dúvidas sobre a atuação da Comissão a Severino Flávio e Raquel da Cruz. Entre outras questões eles apresentaram como ferramenta de pesquisa a página do Bolsa Família e Cadastro Único – conhecer para incluir no meu município (<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/>) que disponibiliza informações detalhadas sobre o PBF em todos os municípios – incluindo o repasse do IGD – Índice de Gestão Descentralizada. Presentes as conselheiras Glória Pimentel, Ana Beatriz, Mariana Carvalho, Ana Carla Paz e Syrleide Gomes Correia.

CMAS de São José da Coroa Grande



Orientações para a atualização da Lei de Criação do Conselho Municipal de São José da Coroa Grande e de seu Regimento Interno foi o foco da visita técnica do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, dia 21, ao CMAS. Simone Campos conversou com o presidente Eduardo Luiz Batista e José Antônio Alves, respectivamente presidente e secretário-executivo do Conselho Municipal.

Destacando a importância de questões prioritárias, como o respeito da paridade entre governo e segmentos da sociedade civil, a técnica chamou atenção para a pontuação do CMAS de São José da Coroa Grande no Índice de Desenvolvimento dos conselho municipais de Assistência Social - ID Conselho, que reflete, entre outras questões, a data da última atualização da Lei, que uma das informações solicitadas no questionário do Censo SUAS.

Garantir a paridade entre governo e segmentos da sociedade civil, uma das condicionalidades que compõe as exigências do Artigo 30 da LOAS, que objetiva garantir o pleno funcionamento de um conselho de Assistência Social. foi a pauta da visita técnica do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco ao Conselho Municipal de Assistência Social de Sirinhaém, dia 21. A questão ecoa na urgência da atualização da Lei de Criação do CMAS.

Simone Campos conversou com o/as conselheiro/as Joseane Michele (presidente), Matheus Dowel e Aylane Freire Rocha, que também é gestora da pasta de Assistência Social no município, e Joelson Rodrigues, assessor do município para questões referentes à Política da Assistência Social.

Apoio Técnico aos CMAS

CMAS Sirinhaém



CMAS Tamandaré



Atenção ao preenchimento do Censo SUAS 2025 foi uma das questões abordadas na visita técnica do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco ao Conselho Municipal de Assistência Social de Tamandaré, dia 22 - o questionário é uma importante ferramenta para a produção de dados sobre a política da Assistência Social, um canal para identificação de avanços, limitações e desafios da institucionalização do SUAS, refletindo inclusive na pontuação dos CMAS no ID Conselho.

O Índice de Desenvolvimento dos conselho municipais de Assistência Social aliás é uma das fontes de informação utilizada pelo CEAS/PE para definir ações e estratégias no assessoria aos CMAS, destacando a orientação sobre a importância da atualização das leis de criação dos Conselhos de acordo com legislações e orientações atuais - outro ponto frisado na conversa.

Apoio Técnico aos CMAS

CMAS Abreu e Lima

O processo de inscrição de entidades da Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social de Abreu Lima foi um dos pontos de pauta da visita técnica do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, dia 25. Adriana Queiroz conversou com Adilson Alves, Gabrielly Barros e Patrícia da Silva, respectivamente presidente, vice e secretária-executiva do CMAS.



A técnica norteou o processo para entidades serem inscritas no CMAS e, posteriormente, no CNEAS. Complementando, ela explicou sobre a definição de entidades e organizações de Assistência social (de acordo a LOAS, no com o art.3) e modalidades (Atendimento; Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos).

Na entrega do diagnóstico situacional do CMAS, Adriana detalhou as etapas do processo eleitoral, enfatizando a importância do respeito à paridade entre governo e segmentos da sociedade civil - usuário/as, trabalhador/as e entidades -, assim como a criação da comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda, bem como a manutenção do e-mail institucional.

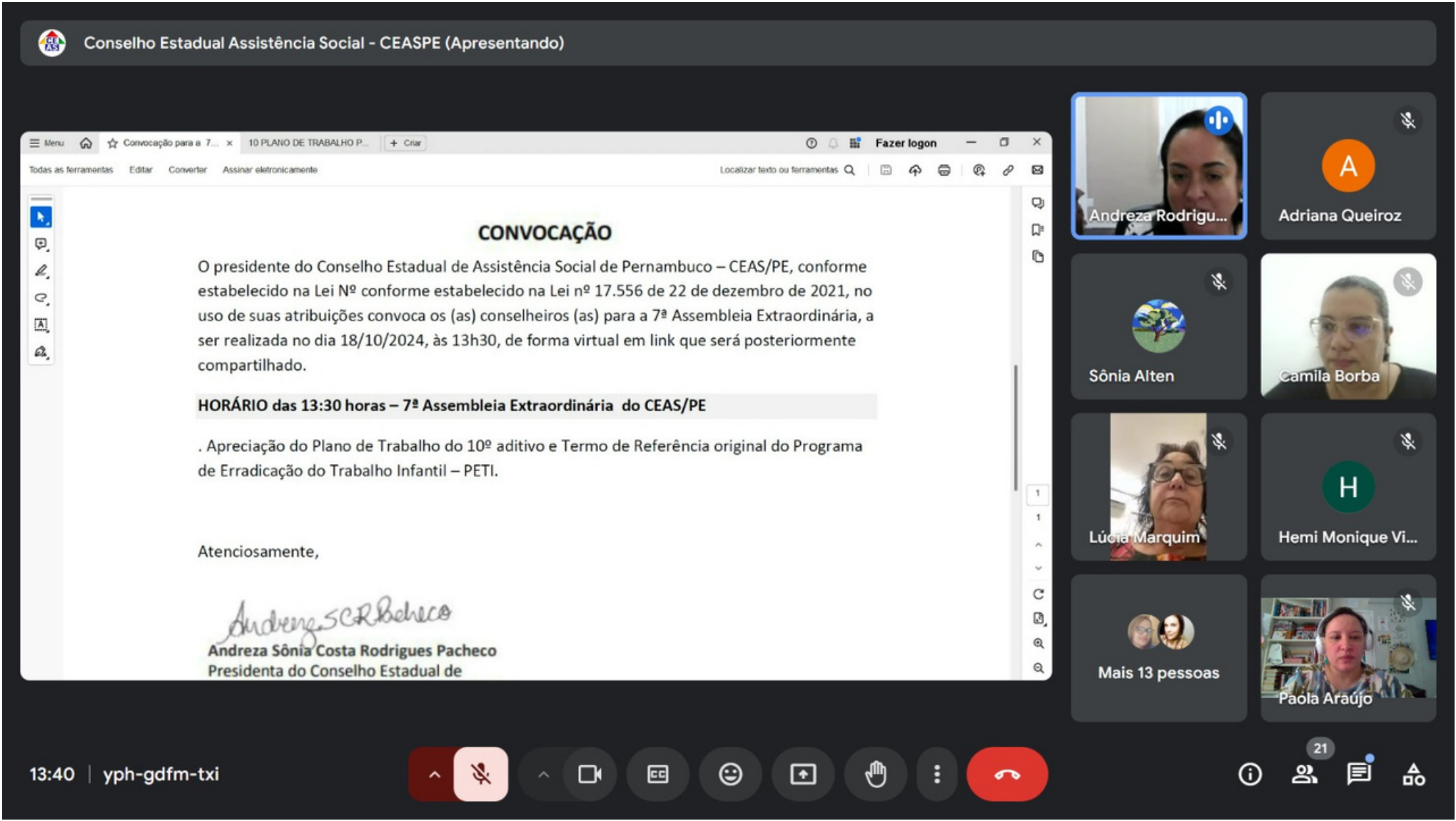
Ciclo de Formação



A oficina Controle Social e Gestão Financeira e Orçamentária, compartilhada entre as equipes do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco – CEAS/PE e Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/PE, parte da programação da edição 2024 da Caravana do SUAS, que percorreu todas a Regiões do Estado entre os meses de maio e agosto, integrou a programação do I Ciclo de Formação Continuada da SAS. A apresentação, dia 18, foi conduzida pelas técnicas Simone Campos, Adriana Queiroz e César Vasconcelos, gestor do FEAS/PE, na EGAPE.

A apresentação abordou o Artigo 30 da Loas, que é condição para os repasses aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento do dito CPFO.

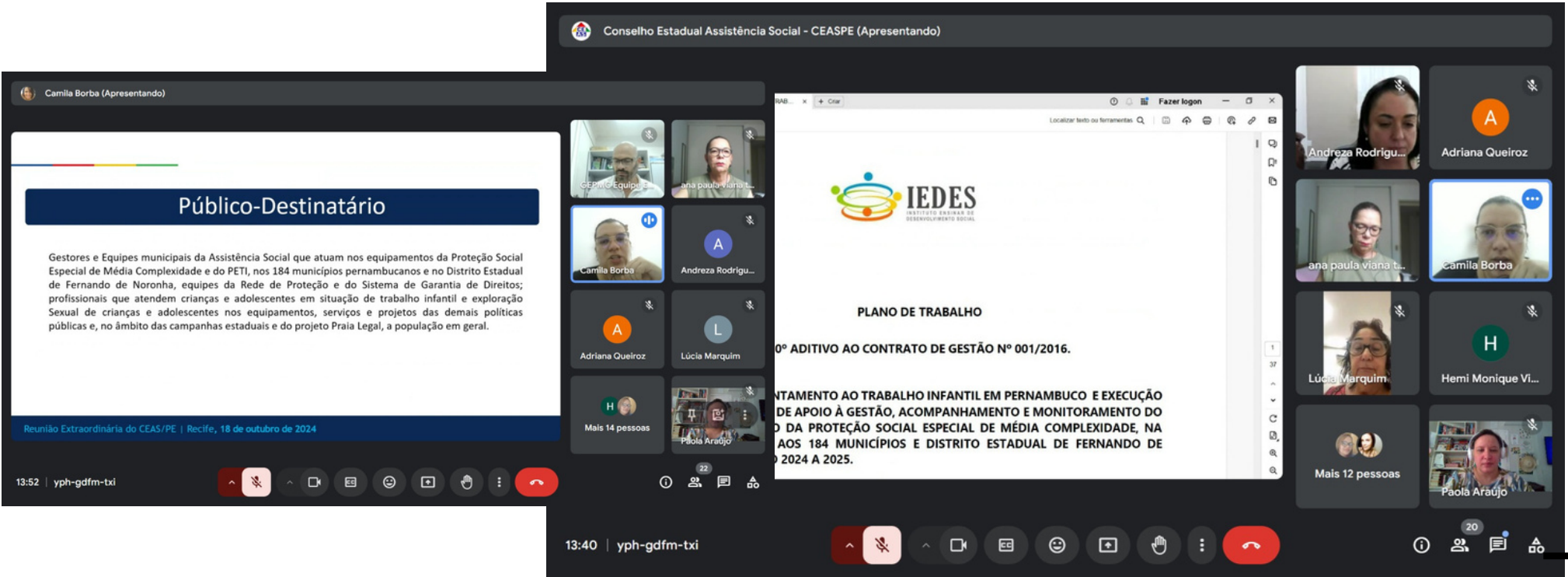
7º Extraordinária CEAS/PE



O Plano de Trabalho do 10º Aditivo e Termo de Referência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI foi à pauta da 7ª Assembleia Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, dia 18, conduzida por Andreza Pacheco, presidente do CEAS/PE.

Camila Borba, gerente da Proteção Especial Básica, apresentou os detalhes e respondeu as questões de conselheiras/os. Edson Lima indagou sobre a quantidade de materiais entregues aos municípios contemplados, e a fonte dos recursos. Borga explicou que o critério é o Porte, porém, em alguns casos, municípios maiores, quando há disponibilidade de recurso próprio, cedem o material para os menores, complementando que o recurso atual é 100% do Estado.

Edson também registrou a importância do acompanhamento contínuo pelo CEAS/PE, observando que após a provação de um novo Termo de Referência, o vigente será automaticamente substituído. Finalizada a apresentação e questões respondidas, conselheiro/as aprovaram a pauta.



FONACEAS



O Controle Social como espaço de representatividade coletiva dos segmentos da sociedade no SUAS foi o primeiro painel apresentado na 65ª Reunião do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social - Fonaceas. Belo Horizonte (MG) sediou os três dias do encontro que reuniu representantes dos CEAS das diferentes regiões do País para pensar e discutir propostas e ideias que objetivem a consolidação da Política da Assistência Social.

Nesse movimento a pauta englobou a questão sobre “o papel dos CEAS na incidência política em cenário de reconstrução do SUAS”, enfatizando a reflexão que permeia sobre as “realidades que podem garantir ou furtar direitos”. No último dia, conselheiro/as foram à votação das propostas compiladas dos encontros regionais, com leitura da Carta de Minas Gerais. A programação incluiu a eleição da nova mesa diretora do Fonaceas, que tomara posse dia 1º de janeiro de 2025.

Mesa diretora FONACEAS - Biênio 2025

Presidente: Simone Oliveira - Região Sudeste - CEAS/MG

Vice-presidente: Dulcineia de Sousa - Região Sudeste - CEAS/RJ

Secretária-executiva: Ana Karolina Costa - CEAS/MG

COORDENADORES REGIONAIS

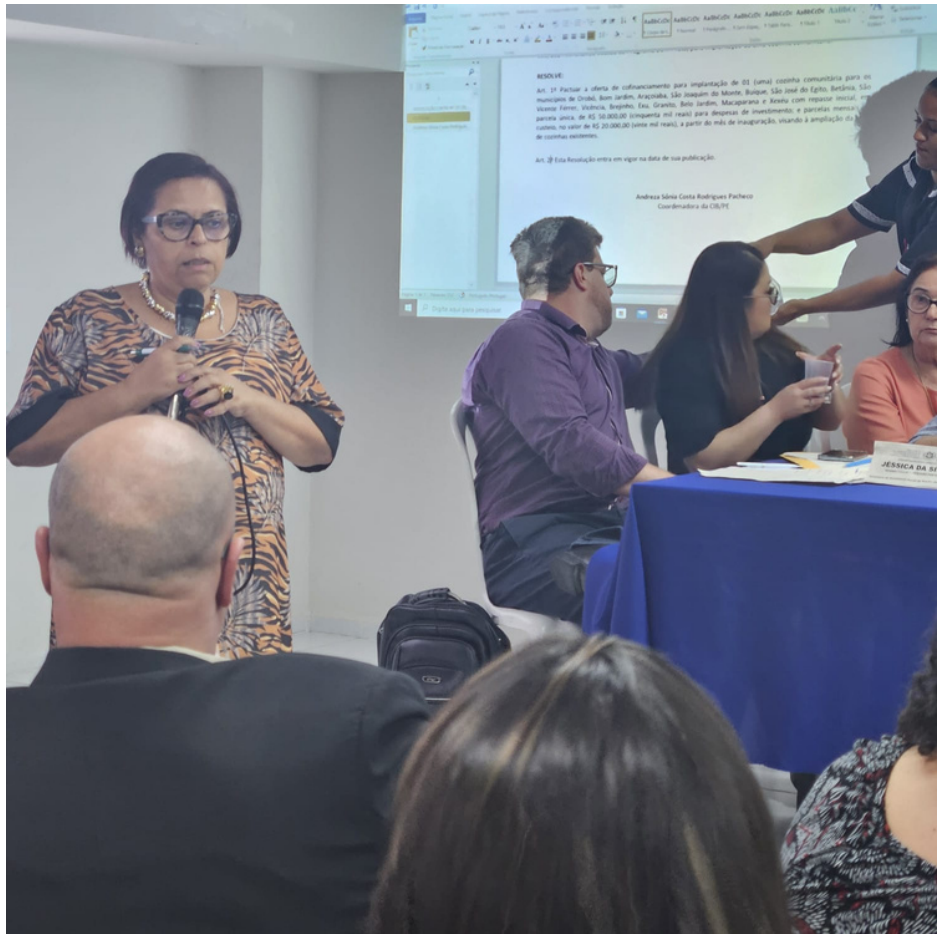
Coordenadora Regional Nordeste: Edjane Ribeiro - CEAS/PE

Coordenador Regional do Sul: Edson Aparecido de Alencar - CEAS/PR

Coordenador Regional do Centro Oeste: Adão Benedito da Silva - CEAS/MT

Coordenadora Regional Sudeste: Dulcineia de Sousa - CEAS/RJ

Coordenador Regional Norte: Ceres Alvarenga Cavalcante, CEAS/RO



Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco – CEAS/PE apresentou, como deliberado no pleno da 244ª Assembleia Ordinária do CEAS/PE, o diagnóstico do Índice de Desenvolvimento dos conselhos municipais de Assistência Social do Estado. A técnica Adriana Queiroz detalhou os cinco (05) níveis do ID Conselho antes de listar a colocação de cada município, ressaltando a importância da atenção no momento do preenchimento das questões do Censo SUAS, que deve refletir o funcionamento do CMAS. Destacou também questões como paridade entre governo e segmentos da sociedade civil na composição dos conselhos e atualização das respectivas legislações são pontos constantes nas orientações em visitas técnicas. Ana Paula Viana, secretária executiva do CEAS/PE, destacou que a equipe está disponível para orientar sobre o preenchimento, assim como mantém o diálogo com a Vigilância Socioassistencial quanto às dúvidas e problemas relacionados ao sistema, no acesso e finalização do Censo SUAS.

Entre os pontos da pauta, foram pactuados o cofinanciamento de novos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para os municípios de Abreu e Lima e Belo Jardim, assim como o cofinanciamento do Serviço Especializado de Abordagem Social para os municípios de Palmares e Vitória de Santo Antão.

Aprovada a Resolução CIB que trata do cofinanciamento de 15 Cozinhas Comunitárias, no âmbito do Programa Bom Prato, para o exercício de 2024. O tópico foi amplamente discutido a partir do questionamento de Lúcia Marquim, membro CIB/PE e conselheira CEAS/PE, tratando sobre a definição de critérios para a adesão de novos equipamentos, com foco principalmente no cofinanciamento de um 3º equipamento para o mesmo município.

O microfone esteve aberto para as contribuições, incluindo o secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Política sobre Drogas, Carlos Eduardo Braga, que reforçou a relevância de uma comissão CIB/PE que venha a definir os critérios para o ano de 2024, enfatizando que não haverá prejuízo para municípios que ainda não aderiram, ou que tem apenas um equipamento e demonstrem interesse na adesão. Foram contemplados os municípios de Orobó, Araçoiaba, São Joaquim do Monte, Buíque, São José do Egito, Betânia, São Vicente Férrer, Vicência, Brejinho, Exu, Granito, Belo Jardim, Macaparana, Xexéu e Bom Jardim.